

## PARTILHA DO LUCRO NA “REVERSÃO DE LUCROS LÍQUIDOS” EM PATRIMÔNIO INCOMUNICÁVEL

Rafael Lauria Marçal Tucci

Sumário: I – Introdução. II - Tendências Societárias e Problemas. III - Comunicabilidade de Bens no Casamento e na União Estável. III.1 - No Casamento. III.2 - Na União Estável. IV - Operação Econômica. V - Conceito de Lucros. VI- Conceito de “Reversão de Lucros Líquidos”. VII - Comunicabilidade dos Frutos de Bens Particulares Adquiridos a Título Oneroso. VIII - Entendimento Jurisprudencial. IX – Conclusão. Bibliografia

### I - INTRODUÇÃO



família, primeiro pilar da organização social, evolui gradativamente desde os tempos mais remotos até a atualidade. Sendo considerada mais antiga do que o Estado, é possível imaginar que a família se verifica como célula germinal da comunidade estatal.

Sua evolução é caracterizada por importantes alterações em decorrência da forte influência do Direito Romano, do Direito Canônico e dos períodos históricos da modernidade e da pos-modernidade até à atualidade.

Na antiguidade o sacramento matrimonial era a única forma de iniciar uma família que, até então, era indissolúvel,

tornando, as entidades familiares, severas e sem vínculo afetivo. O modelo hierarquizado, conservador e patriarcal foi desastroso e gerou grande aumento de uniões extramatrimoniais, abalando a estrutura familiar da época. Contudo, a família contemporânea é evidenciada pela diversidade que pode ser justificada pela incessante busca pelo afeto e felicidade.

A ampliação do conceito de família acabou permitindo o reconhecimento de outras entidades familiares, como a uniões de pessoas do mesmo sexo, o reconhecimento da filiação socioafetiva entre outros avanços. Essas novas relações levam a procura de inserção de soluções práticas no âmbito do Direito das Famílias.

É cediço que a evolução da família ao longo do tempo acarretou reflexos sociais que modificaram seus rumos no ordenamento jurídico brasileiro.

Observa-se que a evolução social sempre deve preceder o regulamento jurídico sob pena de não serem reconhecidas as necessidades sociedade, desvalorizando-a por consequência. Jean Cruet, autor do livro *A Vida Do Direito e a Inutilidade das Leis* de 1908 já lecionava que:

*“Vê-se todos os dias a sociedade reformar a lei; nunca se viu a lei reformar a sociedade”<sup>1</sup>.*

Sendo assim, atualmente, as famílias aparentam conviver em um mundo extremamente complexo em razão, principalmente, das evoluções industriais e tecnológicas que sobrevieram.

Neste contexto social, é muito comum ser verificada a figura de empresários, quotitas, acionistas, entre outras, em uma sociedade cada vez mais urbana e empresarial.

Por sua vez, ganha grande relevância a figura dos planejamentos sucessórios. Tal prática é necessidade premente, pois mais do que criar um patrimônio é importante saber preservá-lo

---

<sup>1</sup>Jean Cruet. *A Vida Do Direito e a Inutilidade das Leis*. Lisboa: Bibliotheca de Philosophia Scientifica – Ed. Antiga Casa Bertrand – José Bastos & C, 1908

durante as gerações.

Entretanto, dissolvido os vínculos familiares, novas questões são levadas ao tribunal envolvendo quotas e ações nas disputas de partilha de bens.

## II - TENDÊNCIAS SOCIETÁRIAS E PROBLEMAS

Maria Helena Diniz bem observa a diminuição do patrimônio que a pessoa poderá livremente dispor tendo em vista o advento do Código Civil brasileiro de 2002 como, por exemplo, a nova ordem de vocação hereditária na sucessão legítima, o reconhecimento do cônjuge como herdeiro necessário, concorrendo, em certos casos, com descendentes e ascendentes do falecido, entre outras<sup>2</sup>.

Por essas razões, o planejamento sucessório é o principal instrumento para que fortunas adquiridas durante toda uma vida sejam protegidas e não venham a se diluir.

Uma das formas para que se concretize mencionada manobra patrimonial protecionista são as chamadas *holdings* ou *holdings familiares*.

Por definição, *holding* é qualquer empresa criada com intuito de controlar outras companhias ou um certo patrimônio.

Segundo o conceito de Gladston Mamede e Eduarda Cotta Mamede sobre esta construção societária:

*“holding (ou holding company) é a sociedade que detém participação societária em outra ou de outras sociedades, tenha sido construída exclusivamente para isso (sociedade de participação), ou não (holding mista)”*<sup>3</sup>

Em sua forma pura, a *holding* não irá realizar qualquer tipo de operação, apenas gerenciará as empresas controladas, determinando as políticas operativas e, eventualmente, patroci-

---

<sup>2</sup> Maria Helena Diniz. *Curso de direito Civil Brasileiro* Vol. 8. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>3</sup> Gladston Mamede; Eduarda Cotta Mamede. *Holding Familiares E Suas Vantagens*: São Paulo: Atlas, 2013.

nando todo o financiamento necessário para operacionalizá-las.

A Lei Federal n. 6.404/76, em seu artigo 2º, § 3º, traz o fundamento legal para a criação de sociedades *holding*, determinando que tais companhias podem participar de outras empresas e que, mesmo não estado previsto no estatuto ou contrato social, a participação poderá ocorrer como forma de concretizar o objeto social ou para prover benefícios de incentivos fiscais.

Em que pese à Lei acima tratar das Sociedades Anônimas, não existe nenhum impedimento para que a sociedade *holding* seja formalizada sob a égide das normas referentes às sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou qualquer outra permitida pelo direito brasileiro, pois esta modalidade de empresa consiste mais em um objetivo da sociedade – controle e gerenciamento de outras empresas ou patrimônio – do que em um tipo societário específico.

Feitas estas observações, verifica-se que a família atual, muito mais urbanizadas em comparação com os modelos que a precederam, defrontar-se-á, habitualmente, com questões societárias. Entretanto, em razão da complexidade trazida pela evolução histórica da família, novos problemas, igualmente complexos, começaram a surgir.

Neste cenário de planejamentos societários, e uma vez desfeito o vínculo familiar voluntariamente, seja pelo divórcio, separação de fato, nulidade ou anulabilidade do casamento, levando em consideração o fim da separação de direito<sup>4</sup>, novas questões foram avocadas as demandas judiciais nas ações de partilha de bens.

A partilha de quotas ou ações são, normalmente, discutida quando há questões envolvendo a comunicabilidade ou não de referido bem. Inúmeros questionamentos poderão ser feitos quando adquiridos antes do casamento ou união estável e, por

---

<sup>4</sup> Flávio Tartuce; José Fernando Simão. *Direito Civil. Direito de Família*. São Paulo: Método, 2010. p.188

diversas razões, valorizaram-se. Seria, essa valorização, comunicável ao cônjuge ou companheiro nos regimes de bens que preceituam o direito à meação?

Ainda, quando as quotas ou ações adquiridas por somente um do casal forem consideradas bem comunicáveis, ocorre outro problema de grande relevância. É possível imaginar a hipótese de o cônjuge ou companheiro sócio da empresa não obter outros recursos, a não ser suas quotas, para o efetivo pagamento da meação devida ao seu par. A sociedade estaria fadada a dissolução para que o problema da partilha fosse resolvido? O cônjuge ou companheiro poderia tornar-se sócio da empresa por imposição legal?

Dentre todos estes problemas, o presente trabalho focará na questão referente à situação em que o acionista ou quotista executa a operação econômica denominada de “Reversão dos Lucros Líquidos” com o intuito de investir o produto recebido como contraprestação do trabalho na própria empresa que concedeu o benefício.

As discussões de comunicabilidade nas demandas judiciais sobre este problema ganharam grande relevância nas hipóteses de ser verificada exorbitante aumento de patrimônio particular em razão desta manobra societária geralmente constatada nas empresas *holding familiares* pertencentes à família de um dos cônjuges ou companheiros.

A questão sobre a problemática em tela diz respeito à comunicabilidade dos lucros auferidos pelo sócio e incorporados, logo em seguida, na própria empresa.

Dois principais argumentos foram trazidos à baila para afastar a meação conjugal do ex-cônjuge ou ex-companheiro nas ações que se questionava a divisão deste ativo.

O primeiro deles seria que não há no que se falar em comunicabilidade de valores das quotas ou ações reinvestidas ou recompradas para o aumento do capital social, pois a sociedade, inicialmente, era patrimônio particular do cônjuge ou

companheiro. Dito argumento ganhou importante apoio principalmente nas ações entre conviventes na união estável quando não havia o reconhecimento de tal vínculo como entidade familiar. Sendo assim, era necessária a comprovação do “esforço comum” para haver comunicabilidade dos bens.

Diverso argumento seria que a operação resultante na incorporação de lucros líquidos na empresa pelo sócio bonificado não é onerosa e, portanto, configurariam as hipóteses de incomunicabilidade em certos regimes patrimoniais, que serão posteriormente analisados, nos quais os bens adquiridos gratuitamente na constância do casamento ou na união estável, conforme previsto em lei, não atingem ao outro cônjuge ou companheiro.

Para a inteligência do presente trabalho e para analisar as argumentações acima expostas, será necessária a apresentação de alguns conceitos elementares.

Em primeiro momento, serão observadas as hipóteses em que ocorre comunicabilidade patrimonial entre cônjuges e companheiros quando há a dissolução do vínculo familiar. Após, serão feitas considerações sobre os conceitos de operação econômica, de lucros e de “reversão de lucros líquidos” para, ao final, examinar a comunicação ou não dos valores das quotas/ações que foram reinvestidas na empresa que compõem patrimônio particular do cônjuge ou companheiro.

### III - COMUNICABILIDADE DE BENS NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL

#### III.1 - NO CASAMENTO

A comunhão de vidas que foi originada pelo casamento, necessariamente, produzirá efeitos jurídicos patrimoniais e pessoais. No que tange aos efeitos de esfera patrimonial, com o casamento surge à constituição de família reconhecida pela lei,

mutua assunção obrigatória entre o casal na condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família, conforme preconiza o artigo 1565 do Código Civil<sup>5</sup>, e, ainda, a imposição de deveres aos cônjuges de acordo com o artigo 1566 do Código Civil<sup>6</sup>.

Não obstante, a celebração do casamento faz vigorar, automaticamente, o regime de bens conforme o artigo 1639, §1º do Código Civil<sup>7</sup>. É lecionado sobre o tema, nas palavras de Pontes de Miranda, que “*por sua significação social, a consequência dos matrimônios quanto aos bens: o regime que vigorar começa desde a data da celebração...*”<sup>8</sup>.

Neste compasso, a seguir, pretende-se demonstrar os regimes de bens que vigoram no casamento e que comportam a comunicabilidade patrimonial. Ademais, também serão vistos quais os bens que integram o patrimônio comunicável entre os cônjuges.

É importante registrar, na linha do que ensina Débora Brandão, que o regime patrimonial afeta exclusivamente a regulamentação dos bens econômicos, refletindo os efeitos entre

---

<sup>5</sup> Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

<sup>6</sup> Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:

I - fidelidade recíproca;

II - vida em comum, no domicílio conjugal;

III - mútua assistência;

IV - sustento, guarda e educação dos filhos;

V - respeito e consideração mútuos.

<sup>7</sup> Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

§ 1º O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento.

<sup>8</sup> Pontes de Miranda, *Tratado de direito de Família*, Vol. II. São Paulo: Max limonad, 1947 p. 23

cônjuges e entre os cônjuges e terceiros<sup>9</sup>.

No que preceitua a doutrina de Paulo Lôbo, o regime de bens regula as relações patrimoniais, “*nomeadamente quanto ao domínio e a administração de ambos ou de cada um sobre os bens trazidos ao casamento durante a união conjugal*”<sup>10</sup>.

Ainda assim, o regime de bens pode ser estabelecido livremente entre os nubentes ou por imposição legal verificados certos requisitos legais.

Com o advento da lei do Divórcio n. 6.515/77 o regime da comunhão parcial passou a ser o regime legal a ser adotado na falta, nulidade ou ineficácia da convenção quanto aos bens dos cônjuges.

Este regime opta por excluir da comunhão os bens pertencentes aos cônjuges antes do casamento e em que ficam incluídos na comunhão os adquiridos onerosamente após o casamento.

Segundo Silmara Juny Chinelato “*o regime da comunhão parcial presume a colaboração material de ambos os cônjuges na aquisição de bens a título oneroso, na constância do casamento, sendo irrelevante que sejam adquiridos apenas em nome de um*”<sup>11</sup>.

Neste regime, consequentemente, ficam excluídos da comunhão de bens entre cônjuges aqueles elencados no artigo 1659 do Código Civil.

*Art. 1.659. Excluem-se da comunhão:*

*I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;*

---

<sup>9</sup> Débora V. C. Brandão. *Regime de Bens no Novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2007 p. 54 .

<sup>10</sup> Paulo Luiz Netto Lôbo, *Código Civil Comentado: direito de família e relações de parentesco, direito patrimonial: arts 1.591 a 1.693*. In: Azevedo, Álvaro Villaça (coord.) São Paulo, Atlas, 2003 v. 16

<sup>11</sup> Silmara Juny Chinelato, *Código Civil Comentado: parte especial do direito de família. Arts. 1591 a 1710*. In. Azevedo, Antonio Junqueira (coord.). São Paulo, Saraiva, 2004, v. 18



*II - os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;*

*III - as obrigações anteriores ao casamento;*

*IV - as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal;*

*V - os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão;*

*VI - os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge;*

*VII - as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.*

Estes, quando agregados ao patrimônio de um dos cônjuges, compõem a massa de bens chamados particulares e que não devem ser comunicados ao outro findo o vínculo matrimonial.

Por derradeiro, a massa comum do casal será composta pelos bens comunicáveis. De acordo com os artigos 1658 e 1660 do Código Civil são mencionados todos os bens que comporão o patrimônio conjunto do casal e, certamente caberá ao outro cônjuge à parcela estipulada em lei em eventual rompimento do vínculo conjugal.

*Art. 1.658. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes.*

*Art. 1.660. Entram na comunhão:*

*I - os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;*

*II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;*

*III - os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges;*

*IV - as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;*

*V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.*

A comunicabilidade de bens não é só característica do regime da comunhão parcial de bens. O regime comunhão universal de bens tem como elemento fundamental a própria comunhão entre os cônjuges. Durante a vigência do Decreto n.

181 de 1890, dito regime, era o legal ao invés da comunhão parcial de bens.

Neste regime patrimonial, ocorre à participação de ambos os cônjuges na metade de todos os bens que componham o patrimônio, tendo eles sido adquiridos anteriormente ou posteriormente ao casamento.

Apesar da comunicabilidade inerente ao regime, o artigo 1668 do Código Civil relaciona os bens que estariam excluídos desta comunhão. Além disso, deve ser observada a possibilidade de doações entre cônjuges com as cláusulas descritas no art. 1911 do Código Civil<sup>12</sup>.

É relevante notar, sobre este regime de bens, que a incomunicabilidade, não se opera quantos aos frutos destes bens de acordo com o artigo 1669 do Código Civil que preceitua:

*Art. 1.669. A incomunicabilidade dos bens enumerados no artigo antecedente não se estende aos frutos, quando se perceberam ou vençarem durante o casamento.*

A esse respeito, Silmara Juny Chinelato menciona que na comunhão universal de bens *“rendimentos de aplicações financeiras, aluguéis de bens incomunicáveis comunicam-se”*<sup>13</sup>.

Os dois regimes de bens acima mencionados, comunhão parcial de bens e comunhão universal de bens, são aqueles que encontram enraizados no seu próprio conceito, por força legislativa, a comunicabilidade de patrimônio.

O legislador optou, em ambos os casos, adotar os efeitos da comunhão na sua própria natureza. Pode-se dizer que os regimes que preveem esta característica coadunam-se com a índole da sociedade conjugal em termos de refletir no patri-

---

<sup>12</sup> Art. 1.911. A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica impenhorabilidade e incomunicabilidade.

Parágrafo único. No caso de desapropriação de bens clausulados, ou de sua alienação, por conveniência econômica do donatário ou do herdeiro, mediante autorização judicial, o produto da venda converter-se-á em outros bens, sobre os quais incidirão as restrições apostas aos primeiros.

<sup>13</sup> Silmara Juny Chinelato, *Código Civil Comentado...*cit.

mônio o que se verifica na identificação da vida e do destino dos cônjuges.

Os demais regimes de bens consagrados no Código Civil, se nada houver sido acordado entre os nubentes em sentido oposto, não comportam respectivo efeito, pois, os outros, caracterizam-se pelo critério da separação dos patrimônios dos casados, ocorrendo à comunhão somente por ato de vontade se assim a lei permitir.

Entretanto, no regime da separação obrigatória de bens, importantes questionamentos se insurgiram sobre a revogação ou não da Súmula 377<sup>14</sup> com a publicação do Novo Diploma Civil em 2002. Referida dúvida vem gerando enormes debates entre os doutrinadores mais respeitáveis no campo civil brasileiro. Ao que tudo indica, a melhor doutrina aparenta se filiar ao conceito de que a Súmula 377 está revogada porque geraria o enriquecimento sem causa uma vez que, dita súmula, não exige a comprovação do esforço comum para que exista o direito à meação.

Para o presente trabalho, será entendido que a súmula 377 está revoga, não cabendo, conseqüentemente, meação no regime da separação obrigatória de bens.

Outra ressalva necessária a se fazer sobre comunicabilidade de bens se refere ao fato de que, no regime da participação final dos aquestos, os bens que seriam comuns ao casal, se fossem casados pelo regime da comunhão parcial de bens, deverão compor a parcela compensável ao outro cônjuge uma vez que este instituto não comporta a figura da meação.

Pela falta de adoção do regime da participação final dos aquestos no direito brasileiro, não será feita qualquer outra referência a cerca do mesmo.

Ademais, a lei admite serem escolhida, voluntariamente, segundo o *princípio da liberdade dos pactos antenupciais*,

---

14 Súmula 377/STF: No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.

alterações de diversas naturezas no regime de bens<sup>15</sup>, salvo quando a escolha de determinado regime de bens é obrigatória por imposição legal<sup>16</sup>. Sendo assim, nestes casos, caberá da análise casuística para ter conhecimento quais os bens que serão ou não comunicáveis entre os cônjuges.

### III.2 - NA UNIÃO ESTÁVEL

Segundo Ana Elizabeth Lapa Cavalcanti, a união estável considera-se pelo relacionamento estável entre homem e mulher que pretendem formar uma entidade familiar sem que estejam presentes as formalidades exigidas por lei para a constituição do casamento<sup>17</sup>.

Inferre-se, deste conceito, uma pequena ressalva. O único elemento subjetivo, qual seja, união entre pessoas de sexo distintos, parece, segundo entendimento doutrinário e jurisprudência,

---

<sup>15</sup> Art. 1.642. Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente:

I - praticar todos os atos de disposição e de administração necessários ao desempenho de sua profissão, com as limitações estabelecida no *inciso I do art. 1.647*;

II - administrar os bens próprios;

III - desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial;

IV - demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou a invalidação do aval, realizados pelo outro cônjuge com infração do disposto nos *incisos III e IV do art. 1.647*;

V - reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos;

VI - praticar todos os atos que não lhes forem vedados expressamente.

<sup>16</sup> Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento;

II - da pessoa maior de 70 (setenta) anos;

III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.

<sup>17</sup> Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti. *Casamento e União Estável. Requisitos e Efeitos Pessoais*. São Paulo: Manole, 2004. p.67

dencial da Superior Corte brasileira, que não mais se opera<sup>18</sup>, sendo possível uniões estáveis homossexuais.

Ainda na vigência do Código Civil de 1916, após a Constituição de 1988 que, em seu artigo 226, § 3.<sup>o</sup><sup>19</sup>, reconheceu o instituto da União Estável, justamente para substituir a figura do concubinato.

O Código Civil de 1916 não contemplava, em seus dispositivos, a figura do concubinato puro, apenas regulamentando preceitos pertinentes ao concubinato adulterino. Nesse período, era utilizado o instituto da sociedade de fato para resolver a partilha de bens, apurando-se os efetivos ingressos ao patrimônio comum e os bens eram repartidos na proporção dos respectivos aportes a fim de evitar o enriquecimento sem causa. Assim, era apenas partilhado o patrimônio adquirido pelo esforço comum dos concubinos.

Avulta, nesse período, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, mediante a edição do enunciado sumular n. 380/STF, estabeleceu que *"comprovada à existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum"*. Assim, conforme Álvaro Villaça Azevedo, a partilha de bens deverá ocorrer, desde que reconhecida à sociedade de fato, pela comprovação do esforço comum<sup>20</sup>.

Em 1994, foi editada a Lei nº 8.971/94, regulamentando a união estável e reconhecendo-a como entidade familiar, mas sem dispor acerca da partilha de bens, seguindo-se a aplicação da Súmula 380/STF. Em 1996, editou-se a Lei nº 9.278/96, buscando corrigir as falhas da Lei nº 8.971/94, especialmente

---

<sup>18</sup> Flávio Tartuce; José Fernando Simão. *Direito Civil*.cit, p.313.

<sup>19</sup> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

<sup>20</sup> Álvaro Villaça Azevedo. *Do Concubinato ao Casamento de Fato*. São Paulo: Cejud, 1986.

no que tange à separação de fato de convivente casado e ao prazo de cinco anos para caracterização da união estável<sup>21</sup>. Esse diploma legal regulamentou especificamente a partilha de bens, em seu art. 5º, dispondo o seguinte:

*Art. 5º Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito.*

*§ 1º Cessa a presunção do caput deste artigo se a aquisição patrimonial ocorrer com o produto de bens adquiridos anteriormente ao início da união.*

*§ 2º A administração do patrimônio comum dos conviventes compete a ambos, salvo estipulação contrária em contrato escrito.*

Dessa forma, passou-se a aplicar à união estável as regras atinentes ao regime da comunhão parcial de bens do casamento.

Em sendo o regime da comunhão parcial de bens o aplicável para a união estável, deve-se atentar aos princípios que regem tal regime, em especial os regramentos que tangem a comunicabilidade de bens.

Comunicam-se apenas os bens comuns, ficando excluídos da comunhão os bens que cada companheiro já possuía antes do início da união estável, bem como os adquiridos na sua constância, a título gratuito, por doação, sucessão ou os sub-rogados em seu lugar.

É imperioso ressaltar que a liberdade de escolha no regime de bens, característica presente no casamento, também é verificada na união estável que poderá ser amplamente regulamentada da melhor forma que ajustar aos conviventes.

Analisado, assim, os regimes de bens em que ocorrerá a comunicabilidade e quais os bens que compõem patrimônio comum dos cônjuges ou companheiros, pretende-se averiguar,

---

<sup>21</sup> Flávio Tartuce; José Fernando Simão. *Direito Civil*.cit, p.199.

neste momento, os conceitos básicos que envolvem a operação denominada de “reversão de lucros líquidos” para observar se determinados bens que envolvem esta operação serão ou não comunicáveis ao outro cônjuge ou companheiro sob a ótica dos regimes de bens previamente analisados.

#### IV - OPERAÇÃO ECONÔMICA

Importante para o presente estudo, compreender o conceito de operação econômica para analisar as possíveis manobras societárias por uma perspectiva analítica a fim de demonstrar a natureza da operação de “reversão de lucros líquidos” objeto do presente estudo.

Imperioso, desde logo, mencionar que ditas operações econômicas podem ser verificadas tanto nas sociedades anônimas quanto nas limitadas, sendo que o conceito aplicado a uma delas valerá isonomicamente à outra.

De acordo com o posicionamento de Ivan Guimarães Pompeu e Renata Guimarães Pompeu, é possível examinar, de antemão, que uma operação econômica pressupõe o deslocamento de algo valorativamente mensurável de um polo a outro. Este aspecto pode ser visto como característica objetiva que independem dos elementos subjetivos dessa operação.

*“O que se troca por meio da transação apresenta sempre uma natureza patrimonialmente apreciável. Porém, o processo dessa operação econômica conta igualmente com preocupações ou expectativas de ordem existencial. A formação do vínculo, seja ainda em nível anterior ao mundo jurídico, como fato social, pressupõe uma rede de pretensões imaginadas pelos agentes para realizarem as trocas”<sup>22</sup>.*

O objeto dessa circulação de “riqueza” não necessariamente precisa ser dinheiro. É possível imaginar operações em

---

<sup>22</sup> Ivan Guimarães Pompeu e Renata Guimarães Pompeu. *O Contrato Como Operação Econômica: Contributo Científico A Partir Da Obra De Enzo Roppo* - 2 Revista da Faculdade Mineira de Direito, v.12, n. 23, jan./jun. 2011

que se deslocam bens moveis, bens imóveis, vantagem social, dividendos, benefícios, quotas, ações, etc.

A esse respeito, bem preceitua Sylvio Marcondes ao mencionar que *“bem é um objeto material, considerado pela sua apropriação atual ou virtual”*<sup>23</sup>

As operações econômicas, assim, podem ser atuais, concretizando-se no momento em que é finalizada a movimentação como, por exemplo, o acionista que recebe os lucros da empresa e os embolsa, deslocando o patrimônio da empresa para o benefício do sócio, ou podem ser apenas potencialmente asseguradas ao seu titular. Neste último caso o benefício é retido na própria sociedade na esperança, via de regra, de transforma-lo em benefício maior no futuro.

Os polos em que se deslocam estes bens podem ser preenchidos por pessoas jurídicas ou pessoas físicas, não criando nenhum obstáculo para os resultados que surgirão.

Apesar de existirem circulação de “riqueza” gratuitamente, importante observar que sempre que houver recompensa patrimonial, seja desde já assegurada ou potencialmente auferível, há presente a característica da onerosidade na operação econômica realizada.

*“A operação econômica traz consigo a troca de utilidades feita de maneira onerosa ou não. As utilidades podem ser oferecidas por meio de prestações de bens e/ou serviços oferecidos e queridos no mercado, lócus de transações que lhe permitem um balizador de valores.”*<sup>24</sup>.

Pois bem, para a boa compreensão do que é transferido na operação societária em apreço pelo presente estudo, é necessário, portanto, refletir sobre o conceito de lucro, principalmente na esfera econômica, efetuando a elementar transferência das considerações para o mundo jurídico, a fim de encaminhar o trabalho para as futuras conclusões.

---

23 Sylvio Marcondes. *Problema de Direito Mercantil*. São Paulo: Max limonad, 1970 p. 69.

24 Ivan Guimarães Pompeu e Renata Guimarães Pompeu, *O Contrato...cit.*



## V - CONCEITO DE LUCROS

Há diversos tipos de lucros sejam eles no campo econômico, contábil, social ou até legalmente constituído. No seu sentido mais simples, economicamente analisado, lucro é o resultado positivo de um investimento inicial. Com base na teoria neoclássica o lucro seria a diferença entre a receita total da empresa e todos os custos. O lucro, econômico, é, portanto, o retorno ao proprietário do capital social, dinheiro ou títulos investidos inicialmente.

Trazido o conceito para a esfera empresarial, verifica-se segundo Alessandra Hirano Fuji que:

*“O lucro é, em suma, a recompensa e a motivação para a instalação e continuidade de um empreendimento na sociedade capitalista”*<sup>25</sup>

Pode-se afirmar que qualquer empresa privada, seja de capital aberto ou fechado, busca o lucro da sua atividade como pressuposto conceitual conforme entendimento de Fabio Ulhoa Coelho<sup>26</sup>. O acionista/quotista, neste quadro, objetiva satisfazer seu interesse individual no recebimento do lucro ou, preservar o crescimento empresarial, crescendo seu capital social.

De acordo com Manoel de Queiroz Pereira Calças, as sociedades empresárias mercantis tem sempre a finalidade lucrativa, que corresponde o motivo pelo qual os sócios se reúnem, cobrando esforços e recursos para a construção da sociedade<sup>27</sup>.

Dito isso, é fator inerente à qualidade de sócio o direito subjetivo ao lucro. Imperioso, a esse respeito, discernir aqueles de titularidade do sócio ou acionista e aqueles de titularidade

---

25 Alessandra Hirano Fuji. *O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada* Rev. contab. Financeira vol.15 n.36. Sept./Dec. 2004. São Paulo.

26 Fabio Ulhoa Coelho. *A Sociedade limitada no Novo Código Civil*, Saraiva, 2003-p. 74

27 Manoel de Queiroz Pereira Calças. *Sociedade limitada no Novo Código Civil*. Atlas, 2003. – p.114

de própria empresa que, por sua vez, não atingem a pessoa do sócio.

A lei n. 6.404/76 traça importante divisão finalística do lucro com reflexos públicos, coletivos ou sociais, tendo destinação específica por força de lei.

Esse lucro que a lei se refere é normalmente retido em nome da empresa nas chamadas “reservas”. Dessarte, estes, não são de titularidade do sócio. Não integram o patrimônio do sócio e servem de medidas protecionistas para assegurar a atividade empresarial. Além das reservas cuja lei define, ainda é possível a criação de reservas estatutárias pelas sociedades anônimas observados certos pressupostos<sup>28</sup>.

De maneira exemplificativa, podem ser mencionados alguns tipos de lucro, previsto na lei n. 6.404/76, que ficam preservados na sociedade nessas reservas como o verificado no artigo 193<sup>29</sup>, quando a lei reserva porcentagem específica para compor a chamada “Reserva Legal” que assegurará a integralidade do capital social.

Ainda assim, outro lucro com finalidades sociais, coletivas é aquele cuja destinação se dá para as chamadas “Reserva de Contingência” que são aquelas de livre disponibilidade dos órgãos societários para compensar, futuramente, a diminuição do lucro. Destina-se parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a

---

<sup>28</sup> Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.

<sup>29</sup> Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

diminuição do lucro decorrente de perda, julgada provável, cujo valor possa ser estimado conforme se verifica no artigo 195<sup>30</sup>.

Por sua vez, as reservas assinaladas acima não se confundem com a “Reserva de Capital” as quais são constituídas com valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. São ganhos obtidos sem compensação na forma de bens ou serviços. Os valores dessa reserva, em geral, deve ser incorporados ao capital social ou compensados com lucros acumulados e não representam receitas ou ganhos aos acionistas.

Em suma, as múltiplas reservas de lucros intituladas pela lei são constituídas com a apropriação de lucros da companhia para atender a diversas finalidades coletivas, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

Por conseguinte, os lucros ou dividendos que serão distribuídos ao acionista/quotista têm, como destino, serem embolsados pelos mesmos ou de retornarem ao patrimônio da empresa, resultando no aumento de capital social. Importante salientar que empresas que atuam sob quaisquer regimes fiscais podem distribuir lucros ou dividendos. Estes, sim, serão integralizados ao patrimônio do sócio.

De acordo com o entendimento de Luiz Antonio de Sampaio Campos o Decreto-lei n. 2.627-1940 criou a obrigatoriedade no pagamento dos dividendos nas Sociedades Anôni-

---

<sup>30</sup> Art. 195. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

mas a seus acionistas<sup>31</sup>.

De acordo com Luiz Antonio de Sampaio Campos:

*“A transferência de recursos da sociedade para os sócios, após a apuração do resultado do exercício social e uma vez observada as regras específicas, não viola o princípio da intangibilidade do capital social, e por consequência, não viola o direito dos credores. Isto porque essa movimentação não importa transferência de capital, mas apenas de lucros”*<sup>32</sup>.

A distribuição de lucros ou dividendos pelas empresas aos seus sócios é muito benéfica, pois é considerada uma forma legal e fiscal de remuneração dos investidores pelo capital investido no empreendimento e os valores pagos/creditados não estão mais sujeitos à incidência de nova tributação, seja na Pessoa Física ou na Pessoa Jurídica.

Costuma ser feita de acordo com a participação de cada um no contrato societário ou estatuto da empresa, contudo, também pode não ser exatamente proporcional, desde que siga certa razoabilidade econômica e esteja prevista no contrato social.

A distribuição de lucros ou dividendos, quando efetuada diretamente, pode ser entendida como a entrega de dinheiro, crédito ou qualquer outro bem ao acionista/quotista que os em-bolsa e poderá convertê-lo em qualquer patrimônio que lhe convir.

Por sua vez, quando há o reinvestimento daquilo que fora distribuído, o lucro da atividade empresarial do acionista ou quotista é reaplicado na própria empresa, integralizando o patrimônio da mesma.

A esse respeito o mesmo autor acima mencionado ensina que o lucro, com possibilidade de ser distribuído aos acio-

---

<sup>31</sup> Luiz Antonio de Sampaio Campos In. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (coord.). *Temas de direito societário...*cit, p 428.

<sup>32</sup> Luiz Antonio de Sampaio Campos In. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (coord.). *Temas de direito societário e empresarial contemporâneos –Algumas notas sobre a utilização do lucro do exercício em curso: dividendo e recompra.* São Paulo: Melhoramentos, 2011. p. 428.

nistas sem oposição dos credores, poderá servir de recompra de ações da própria empresa no que tange as sociedades anônimas<sup>33</sup>.

M. Helena Diniz faz importante ressalva sobre a matéria no sentido de que:

*“A distribuição de lucros somente poderá dar-se se a situação do exercício anterior da sociedade contiver resultado positivo relativamente ao capital social, para evitar que o patrimônio societário seja afetado ou sofra redução”*<sup>34</sup>.

É de suma importância, neste momento, efetuar a transposição dos conceitos de lucros nas ciências econômicas pra o universo jurídico. Isto porque o conceito econômico de lucro encontra relevo semelhante nos ditames do direito brasileiro que facilitam sua melhor análise.

Para todos os efeitos, pode-se afirmar que lucros nada mais são do que frutos. Frutos, na sua concepção conceitual, são as utilidades que uma coisa periodicamente produz. Nascem e renascem da coisa, sem acarretar-lhe a destruição no todo ou em parte.

De acordo com Pontes de Miranda, frutos são os proveitos econômicos que derivam da coisa conforme o destino que ela tem<sup>35</sup>.

Esta reflexão permite a elaborar a premissa de que os lucros auferidos pelos quotistas ou acionistas são frutos, que devem ser analisados sob a ótica jurídica, para, assim, verificar sua comunicabilidade ou não entre cônjuges ou companheiros em disputa nas ações de partilha.

## VI- CONCEITO DE “REVERSÃO DE LUCROS LÍQUIDOS”

---

<sup>33</sup> Luiz Antonio de Sampaio Campos In. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (coord.). *Temas de direito societário...*cit, p 437.

<sup>34</sup> Maria Helena Diniz. *Curso de direito Civil...*cit.

<sup>35</sup> Pontes de Miranda. *Tratado de Direito Privado*, Tomo II, Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, p.75.

Elaborado, portanto, o conceito de operação econômica e de fruto, verificando a distinção entre aqueles que são de titularidade da própria empresa e aqueles “distribuíveis” aos sócios, é chegado momento da análise do conceito de “reversão de lucros líquidos”.

Reversão de lucros líquidos é a operação econômica na qual o sócio da empresa reaplica os lucros ou dividendos que faz jus em contraprestação ao seu trabalho ou investimento, ao mesmo tempo em que os recebe, na própria sociedade, aumentando, assim, o valor das suas quotas ou ações.

É comum os sócios de empresas, visando fortalecer a situação patrimonial e financeira dos seus negócios, incorporar todo ou parte dos lucros distribuídos, na forma de aumento de capital. Incorporar lucros, já tributados, ao capital social não enseja tributação, independentemente da forma jurídica da composição do capital social; o “bis in idem” - dupla incidência do mesmo tributo – não se verificará nesta operação por vedação constitucional.

O registro contábil correspondente ao aumento do capital social mediante aproveitamento de lucros acumulados é realizado mediante a transferência do valor á conta de capital social.

Importante mencionar que não há qualquer necessidade de aprisionamento à terminologia “reversão” uma vez que se deve, primordialmente, compreender que a operação em questão diz respeito ao que também se pode chamar de “reinvestimento” ou “reaplicação”, pois todas as nomenclaturas utilizadas devem resultar no mesmo conceito, qual seja a aplicação do lucro recebido pela empresa na própria empresa em um único momento.

Assim sendo, esta reposição econômica constitui-se ao final, no aumento de capital da empresa por dois fatores que, apesar de ocorrerem concomitantes, geram importantes resultados jurídicos.

No primeiro momento ocorre a perda do patrimônio da empresa que distribui o lucro aos acionistas o que acarreta, obviamente, na vantagem patrimonial dos sócios. Ainda, ao mesmo tempo, ocorre o esvaziamento deste lucro em benefício da empresa revertendo à operação que a antecedeu.

O importante fator jurídico que aos leigos podem não ser aparente é que no primeiro momento é possível verificar a entrada do lucro no patrimônio do acionista/quotista ao ganhar vantagem patrimonial que, posteriormente, servirá de acréscimo, ao seu próprio capital social.

Esse benéfico, em verdade, não será embolsado momentaneamente por aquele que recebe. Haverá, nesta hipótese, o represamento, do valor na empresa que deverá lhe assegurar a recompensa.

Ou seja, há efetivamente aumento patrimonial do acionista mesmo que, ao final da operação econômica denominada de “reversão de lucros líquidos”, o sócio não tenha recebido diretamente o benefício. Seu recebimento será no campo virtual e em nada obstará para a construção do conceito que se pretende haja vista os conceitos pré-estabelecidos no estudo.

## VII - COMUNICABILIDADE DOS FRUTOS DE BENS PARTICULARES ADQUIRIDOS À TÍTULO ONEROSO.

Elaborados os conceitos básicos de operação econômica, lucros e “reversão de lucros líquidos”, pode-se, neste momento, formar as principais conclusões sobre a temática para o desfecho do presente trabalho.

Tendo em vista os regimes de bens que comportam a comunicabilidade entre cônjuges e companheiros já apresentados, resta saber se o lucro revertido à empresa na operação de “reversão de lucros líquidos” caracteriza-se como patrimônio partilhável ao outro cônjuge ou companheiro após o desfazimento da união familiar.

Em primeiro momento, deve-se analisar se a operação mote deste trabalho é considerada onerosa. Tal fato é relevante, pois como visto, os frutos dos patrimônios particulares adquiridos onerosamente de cada cônjuge ou companheiro deve ser partilhado ao seu par nos regimes de bens que assim preveem.

É possível concluir, como primeira premissa do trabalho apresentado que a manobra societária denominada “reversão de lucros líquidos” tem características conceituais e terminológicas suficientes para ser considerada uma operação econômica.

Além de seus elementos objetivos e subjetivos, com a simples análise da palavra “reversão” é possível observar sinônimos como “regresso”, “retorno”, “devolução”, denotando movimentação característica do instituto. Ora, assim, pode-se dizer que só se reverte algo que já se teve. Há, portanto, na “reversão de lucros líquidos” circulação, movimentação ou transferência, elementares de uma operação econômica.

Sobre o objeto daquilo que está se movimentando, é também facilmente concebida a figura de bens objetivamente mensuráveis, pois a reversão aqui presente é a de “lucros líquidos” em recompensa a atividade empresarial, já tendo sido, no estudo, elaborado seu conceito básico.

Tal assertiva conduz à segunda premissa do presente trabalho. Na operação econômicas em tela há configurada, sem dúvida, a onerosidade da circulação de bens entre sociedade-sócio.

A característica da onerosidade nesta operação econômica pode ser observada em diferentes hipóteses abaixo elencadas no momento em que ocorre a distribuição de lucros ou dividendos ao acionista/quotista.

A onerosidade da operação é facilmente verificada quando o valor ou qualquer algo objetivamente mensurável é recebido pelo acionista tornando-se vantagem que pode ser transformado em qualquer outro patrimônio seja de ordem ma-



terial ou não.

Por sua vez, em situação pouco mais complexa, porém igualmente onerosa, será no momento em que o acionista ou quotista recebe o lucro ou dividendo preferindo, ao invés de embolsa-lo e adquirir outros bens, reverter o benefício na própria empresa, aportando e aumentando capital na sua participação social para que dali em diante passe a ser valorizado ou mantido seu valor no mercado individualmente. Sendo assim, há a potencialidade de benefício assegurado ao sócio que reinvestiu sua participação que, de acordo com o já analisado, não descaracterizaria a onerosidade da operação econômica.

Observadas as mencionadas qualidades da operação societária “reversão dos lucros líquidos”, aparentemente se torna inócua a argumentação efetuada no início do trabalho que justificaria o afastamento da meação conjugal pela não onerosidade da operação econômica mencionada.

Assim, conclui-se que, os cônjuges ou companheiros que estiverem unidos sob a égide do que preceitua o regime da comunhão parcial de bens, deverão partilhar o valor auferido pelo lucro da quota ou da ação quando ocorrer a “reversão de lucros líquidos” na sociedade que compõe patrimônio particular do cônjuge ou companheiro.

Tal fato pode ser ultimado pela análise do artigo 1660, inciso V do Código Civil ao preceituar que *“entrarão na comunhão, os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão”*.

Preceitua, a melhor doutrina, que os frutos ingressam automaticamente na comunhão e são considerados como pendentes quando na data da dissolução do vínculo familiar já estavam percebidos ou estavam em via de ser<sup>36</sup>.

Se os cônjuges ou companheiros forem unidos no regime da comunhão universal de bens a mesma conclusão deverá

---

<sup>36</sup> Paulo Luiz Netto Lôbo, *Código Civil Comentado*..cit. p. 292.

ser formalizada de acordo com o artigo 1669 do Código Civil. Referida disposição preceitua que dos bens tidos como incommunicáveis neste regime patrimonial (art. 1668 do Código Civil) aos frutos não serão aplicará tal regra quando se perceberem ou vencerem durante o casamento.

Sobre mencionado dispositivo, Paulo Lôbo alude que os frutos dos bens recebidos pelo cônjuge ou companheiro com cláusula de incommunicabilidade “*são suprimidos do patrimônio particular e integram a comunhão universal*”<sup>37</sup>.

Feitas estas conclusões, percebe-se que, os lucros provenientes da operação discutida no estudo, terão o mesmo fim daqueles bens adquiridos onerosamente na constância do casamento ou união estável em superveniente dissolução do vínculo familiar.

## VIII - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

Observa-se que os tribunais de justiça não se declinaram de analisar a matéria em apreço. No que tange, portanto, a questão sobre a comunicabilidade dos valores auferidos como frutos por um dos cônjuges ou companheiros sobre bem particular, tendo ocorrido à chamada “Reversão de Lucros Liquidados”, o Tribunal de Justiça de São Paulo apreciou da seguinte forma:

Nos autos da Apelação n. 400.137-4/6 o Desembargador FRANCISCO LOUREIRO prolatou acórdão no sentido de afirmar a comunicabilidade do valor dos frutos auferidos durante o período do casamento *verbis*<sup>38</sup>:

*“Ocorre que as cotas se valorizaram durante o período do casamento, por força de sucessivos aumentos do capital social. Foram usados, para viabilizar tais aumentos, correção*

---

<sup>37</sup> Paulo Luiz Netto Lôbo, *Código Civil Comentado*..cit. p. 313.

<sup>38</sup> Apelação Civil n. 400.137-4/6 do Tribunal de Justiça de São Paulo, relatado pelo do Desembargador FRANCISCO LOUREIRO, julgado em 24 de maio de 2007. – Voto Vencido.

*monetária do próprio capital, reavaliação de ativos e lucros não distribuídos aos sócios”.*

(...)

*“Parece claro que os frutos gerados por bens próprios ou comuns são destinados a contribuir para o enriquecimento da união, razão pela qual têm vocação comunitária”.*

(...)

*“Parece claro que se os lucros distribuídos são bens comuns do casal, os lucros retidos e usados para aumento do capital social também gerarão aquestos”*

(...)

*“Em resumo, dá-se parcial provimento ao recurso, para reconhecer que a valorização das cotas da ré Rosana ocorridas nas alterações do contrato social entre agosto de 1.994 e novembro de 1.995, decorrentes do aumento do capital social com origem na inversão de lucros suspensos ou acumulados constitui aquestos”*

Outro julgado também do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o lucro proveniente de patrimônio particular do cônjuge fosse partilhado ao outro de acordo com o que se pode observar do acórdão proferido pelo relator Desembargador JOAQUIM GARCIA nos autos do Agravo de Instrumento n. 571.765-4/5, *verbis*<sup>39</sup>:

*“Assim, embora as quotas sociais/ações da empresa Makeni pertençam exclusivamente ao requerido, que as recebeu por doação, os frutos daí advindos, à evidência, devem ser objeto de partilha entre os cônjuges”.*

Nesse aspecto, cumpre trazer à baila acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul relatado pelo Desembargador SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES, e proferido no julgamento do Agravo de Instrumento n. 70.006.007.553.

Infere-se de referido aresto que foi decidido que a partilha de bens, nos casos de união estável, deve abarcar também os frutos percebidos na constância da convivência, aplicando-se as regras relativas ao regime da comunhão parcial de bens,

---

<sup>39</sup> Agravo de Instrumento n. 571.765-4/5 do Tribunal de Justiça de São Paulo, relatado pelo Desembargador JOAQUIM GARCIA. J. 18/03/2009.

*verbis*<sup>40</sup>:

*“Nos termos do artigo 1.660, inciso V do Código Civil, aplicável às uniões estáveis, são partilháveis os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, onde se inclui a evolução patrimonial das sociedades mercantis do Agravado”*

Corroborando o entendimento sustentado neste trabalho, ainda, nesse acórdão, menciona-se que:

*“O Novo Código Civil, ao disciplinar a união estável, mantém a mesma exegese conferida no art. 5º da Lei n.º 9.278/96, determinando a aplicação das regras relativas ao regime da comunhão parcial à partilha de bens, na hipótese de inexistir contrato escrito celebrado entre os companheiros (art. 1.725 do Código Civil). Os bens adquiridos na constância do relacionamento, a título oneroso, são partilhados entre os litigantes, independente da demonstração de colaboração para a formação do patrimônio”.*

*“Nesse contexto, a partilha deve incidir sobre o crescimento patrimonial das empresas P. e M., das quais o Agravado é sócio. Nos termos do artigo 1.660, inciso V, do Código Civil, aplicável às uniões estáveis, são partilháveis os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, onde se inclui a evolução patrimonial das sociedades mercantis do Agravado”*

Mais uma vez, no julgamento do Agravo de instrumento n. 70004832176, em acórdão relatado pelo Desembargador JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS, o mesmo órgão colegiado teve oportunidade de patentear que<sup>41</sup>:

*“Além da garantia constitucional, aplicam-se ao caso as prescrições da Lei n. 9.278/96, que consigna serem considerados como fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito, todos os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os*

---

<sup>40</sup> Agravo de Instrumento n. 70.006.007.553 da Sétima (7ª) Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relatado pelo Desembargador SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES. J. 1/12/2004.

<sup>41</sup> Agravo de instrumento n. 70004832176 do Tribunal de Justiça de São Paulo, relatado pelo Desembargador JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS. J. 05/11/2002

*conviventes, a título oneroso, na constância da união estável (art. 5º).*

*É a adoção do regime da comunhão parcial que afasta do cabedal comum apenas os acervos herdados, sub-rogados ou havidos antes do início da relação (Lei n. 9.278/96, artigo 5º)".*

E, mais adiante, o mesmo julgado frisou que:

*"Portanto a partilha deve debruçar-se apenas sobre as quotas sociais do Laboratório Regius Ltda., e não em sua dívida. Ou seja, devem ser considerados os aumentos de capital feitos depois de dezembro de 1976, representados por subscrições novas, mais as integralizações oriunda de lucros e reservas, à exceção daquelas existentes antes da união.*

*Não se levam em conta as alterações de capital devidas pela simples revalorização monetária das quotas antigas ou integralizações derivadas de sub-rogação de bens anteriores e exclusivos do sócio, como já sublinhado pela sentença"*

O Tribunal de Justiça Mato-grossense também aborou a temática na Apelação n. 0001009-54.2010.8.12.0028 relatado pelo Desembargador EDUARDO MACHADO ROCHA, no seguinte sentido<sup>42</sup>:

*"Dentre as exceções enumeradas por aqueles artigos, e que não se comunicam ao casal (conviventes), encontram-se os bens que sobrevierem ao casal na constância do casamento (união estável), por doação ou sucessão e os sub-rogados (inciso I do art. 1.659)".*

*(...)*

*"Todavia, não há como afastar seu direito de meação aos frutos decorrentes de tais bens".*

Imperioso, entretanto, observar que não se deve confundir a "reversão de lucros líquidos", que se consubstancia no reinvestimento dos lucros ou dividendos na empresa emissora, com a simples valorização econômica da ação ou quota. Pode-se imaginar inúmeras hipóteses em que quotas e ações serão valorizadas por fatores econômicos sem qualquer aporte de

---

<sup>42</sup> Apelação n. 0001009-54.2010.8.12.0028 da Terceira (3ª) Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul relatado pelo Desembargador EDUARDO MACHADO ROCHA. J. 1/06/2014.

capital pelo sócio ou acionista.

A esse respeito, importante consignar que existe um precedente do C. STJ que entendeu que a valorização das cotas sociais não seria partilhável por se tratar de mero fenômeno econômico que independe da atuação de qualquer dos cônjuges.

Informativo 533 do STJ

*Sociedade limitada*

**DIREITO CIVIL. INCOMUNICABILIDADE DA VALORIZAÇÃO DE COTAS SOCIAIS NO ÂMBITO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL.**

*Na hipótese de dissolução de união estável subordinada ao regime da comunhão parcial de bens, não deve integrar o patrimônio comum, a ser partilhado entre os companheiros, a valorização patrimonial das cotas sociais de sociedade limitada adquiridas antes do início do período de convivência do casal. Inicialmente, cumpre ressaltar que o regime da comunhão parcial de bens – aplicável, em regra, à união estável (art. 1.725 do CC/2002) – determina que não são comunicáveis os bens e direitos que cada um dos companheiros possuir antes do início da união (como, na hipótese, as cotas sociais de sociedade limitada), bem como os adquiridos na sua constância a título gratuito (por doação, sucessão, os subrogados em seu lugar etc.). Ademais, para que um bem integre o patrimônio comum do casal, além de a aquisição ocorrer durante o período de convivência, é necessária a presença de um segundo requisito: o crescimento patrimonial deve advir de esforço comum, ainda que presumidamente. Nesse contexto, a valorização de cota social, pelo contrário, é decorrência de um fenômeno econômico, dispensando o esforço laboral da pessoa do sócio detentor, de modo que não se faz presente, mesmo que de forma presumida, o segundo requisito orientador da comunhão parcial de bens (o esforço comum). REsp 1.173.931-RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino.*

## IX - CONCLUSÃO

Infere-se do presente trabalho que, a distribuição de lucros pela empresa poderá ter como receptor a própria sociedade ou seus sócios.

Daqueles lucros que são “distribuíveis” aos sócios os mesmos integralizam o patrimônio particular do acionista ou quotista e se justifica como recompensa pela atividade empre-

sarial.

Este lucro pertencente ao sócio poderá ser embolsado diretamente ou reinvestido na empresa mediante a operação econômica denomina de “Reversão dos Lucro Líquidos” com o objetivo de agregar valor ao seu patrimônio, aumentando o valor do capital sócio.

Observou-se que, tanto faz distribuir o lucro, através de pagamentos em dinheiro ou pela incorporação direta do lucro na sociedade como forma de pagamento do lucro líquido. Por um caminho ou por outro, é entendido que os lucros auferidos foram percebidos a título oneroso e são, portanto, comunicáveis ao ex-conjuge ou ex-companheiro.

A comunicação ocorrerá, caso nada tenha sido pré estabelecido entre as partes, nos regimes da comunhão parcial de bens ou no da comunhão universal, conforme o legislador estabeleceu como regramento.

Para todos os efeitos e de acordo com as explanações do presente trabalho conclui-se que caberá a meação, quando a lei autorizar, ao cônjuge ou companheiro se houver valores referentes aos lucros de quotas ou ações recebidos pela operação chamada “Reversão de Lucros Líquidos”.



## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Do Comcubinato ao Casamento de Fato*. 1ed. São Paulo: Cejud, 1986.
- BRANDÃO, Débora V. C.. *Regime de Bens no Novo Código Civil*. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2007 p. 54 .
- CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. *Sociedade limitada no*

- Novo Código Civil*. 1ed. Atlas, 2003.
- CAMPOS, Luiz Antonio de Sampaio. In. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (coord.). *Temas de direito societário e empresarial contemporâneos –Algumas notas sobre a utilização do lucro do exercício em curso: dividendo e recompra*. 1ed. São Paulo: Melhoramentos, 2011. p. 428.
- CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. *Casamento e União Estável. Requisitos e Efeitos Pessoais*. 1ed. São Paulo: Manole, 2004. p.67
- CHINELATO, Silmara Juny. *Código Civil Comentado: parte especial do direito de família. Arts. 1591 a 1710* v. 18. In. Azevedo, Antonio Junqueira (coord.). 1ed. São Paulo, Saraiva, 2004,
- COELHO, Fabio Ulhoa. *A Sociedade limitada no Novo Código Civil*, 1ed. Saraiva, 2003.
- CRUET, Jean. *A Vida Do Direito e a Inutilidade das Leis*. Lisboa: Bibliotheca de Philosophia Scientifica – Ed. Antiga Casa Bertrand – José Bastos & C, 1908.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito Civil Brasileiro* Vol. 8. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FUJI, Alessandra Hirano. *O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada* Rev. contab. Financeira vol.15 n.36. Sept./Dec. 2004. São Paulo.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto, *Código Civil Comentado: direito de família e relações de parentesco, direito patrimonial: arts 1.591 a 1.693*. v. 16. In: Azevedo, Álvaro Villaça (coord.) 1ed. São Paulo, Atlas, 2003
- MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta.. *Holding Familiares E Suas Vantagens*: 5ed. São Paulo:Atlas, 2013.
- MARCONDES, Sylvio. *Problema de Direito Mercantil*. São Paulo: 1ed. Max limonad, 1970 p. 69.
- MIRANDA, Pontes, *Tratado de direito de Família*, Vol. II. São



Paulo: 3ed. Max limonad, 1947.

MIRANDA, Pontes. *Tratado de Direito Privado*, Tomo II, 3 ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

POMPEU, Ivan Guimarães; POMPEU, Renata Guimarães. *O Contrato Como Operação Econômica: Contributo Científico A Partir Da Obra De Enzo Roppo* - 2 Revista da Faculdade Mineira de Direito, v.12, n. 23, jan./jun. 2011.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. *Direito Civil. Direito de Família*. 5ed. São Paulo: Metodo, 2010.